

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E REFLEXOS DA CONJUNTURA ECONÔMICO-SOCIAL NO PATRIMÔNIO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO – SICREDI SUDOESTE – MT

Vadilson Gomes da Silva¹
Mário Geraldo Ferreira de Andrade²

RESUMO

O estudo investiga a análise das demonstrações contábeis no patrimônio da Cooperativa de Crédito Sicredi Sudoeste – MT, no município de Tangará da Serra – MT, e os reflexos de sua conjuntura econômica. Para isso foi realizado a pesquisa com base da obra dos autores Fagundes, Lirio, Ciupak e Lavarda (2008), onde foram analisadas as demonstrações contábeis do período de cinco anos, e tem como objetivo averiguar a extensão de variáveis externas sobre as demonstrações financeiras, pormenorizar e revelar alguns eventos econômicos, sociais e climáticos, e ao mesmo tempo, analisam-se as demonstrações financeiras de cada exercício, e reconhecer qualitativamente o choque das variáveis econômicas e climáticas sobre as demonstrações financeiras. Para atingir o objetivo foram investigados a base científica e teórica sobre a origem da contabilidade, os princípios contábeis, a estrutura e análise das demonstrações contábeis. Na averiguação das variáveis econômicas, a metodologia utilizada foi de caráter exploratório, na qual foram coletadas informações julgadas necessárias para verificar algumas variáveis econômicas, sociais e climáticas na região de Tangará da Serra – MT que possam influenciar nos resultados das demonstrações contábeis do Sicredi Sudoeste. Também foi utilizado o método histórico, pois foram levantados dados do passado, nos anos de 2008 a 2012. Quanto a análise dos resultados verificou-se que as variáveis influenciaram nos resultados das análises da Cooperativa e que a mesma mantém seis índices de liquidez estável, ou seja, em condições de saldar suas obrigações, o mesmo ocorre nos índices de rentabilidade, ou seja, a cooperativa tem sua vida financeira satisfatório.

Palavra-chave: Análise de Balanços. Análise Vertical e Horizontal. Demonstrações Financeiras. Análise de Índices.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de análise das demonstrações contábeis, o reflexo da conjuntura econômico-social no patrimônio da Cooperativa de Crédito Sudoeste do Mato Grosso – Sicredi no município de Tangará da Serra.

Conforme Fagundes, Lirio, Ciupak e Lavarda (2008) a análise das demonstrações contábeis é de suma importância e deve ser explanada e empregada para gestão de negócios de forma simplificada, seu papel é atender os mais diversos usuários da contabilidade e demais interessados na situação econômica e financeira de um empreendimento.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra, e-mail: vava_tga@hotmail.com

² Graduado em Ciências Contábeis pela FITS, Mestrando na área de Finanças e Professor com dedicação exclusiva do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra, e-mail: marioandrade@unemat.br

Segundo Fagundes, Lirio, Ciupak e Lavarda (2008) avaliando bem a técnica de análise das demonstrações contábeis o profissional contábil é o especialista, que poderá proporcionar propostas para a empresa, seja de forma técnica seja de forma gerencial, empreendendo e explicando as mutações do patrimônio e do resultado econômico. De modo prático, ampla parte de investidores de ações tem como a instrumento nas tomadas de decisões as análise das demonstrações contábeis, onde impetra informações para a decisão de aplicar ou não o seu capital em ações de determinadas companhias. Perante isso, necessitamos avaliar um segmento que está em ascensão, o Cooperativismo de Crédito.

O SEBRAE (2013) publica uma nota sobre o Cooperativismo de Crédito onde diz que são fundamentais na inclusão financeira, pois elas trabalham com juros mais baixos que a maioria do bancos e ainda fortalecem a união dos cooperados. Ante esse argumento, almeja-se pesquisar alguns eventos econômicos, sociais e climáticos na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, na cidade de Tangará da Serra. O objetivo é comprovar se essas variáveis tiveram algum conflito nos resultados das demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito do Sudoeste de Mato Grosso, informação que a entidade está intimamente relacionada ao agronegócio, e sua performance reflete a realidade da região onde está inserida.

A pesquisa ainda teve a finalidade de adicionar informações apontando esclarecer o seguinte questionamento: Algumas variáveis econômicas, sociais e climáticas na região de Tangará da Serra influenciam os resultados das demonstrações financeiras do Sicredi Sudoeste MT, sob a ótica do princípio da continuidade? O objetivo geral é averiguar a influência de variáveis externas sobre as demonstrações financeiras e os objetivos específicos são: a) Evidenciar alguns eventos climáticos, sociais e econômicos que possam influenciar as demonstrações financeiras; b) Analisar as demonstrações financeiras dos exercícios de 2008 a 2012 do Sicredi Sudoeste MT; c) Averiguar qualitativamente as variáveis climáticas, sociais e econômicos demonstradas e seu impacto nas demonstrações financeiras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos tópicos a seguir será apresentado os princípios contábeis, seus conceitos e objetivos, com destaque no Princípio da Continuidade. Em seguida se destaca a estrutura das demonstrações contábeis e conceitos. E por fim, a análise de balanço para que possa confirmar os conceitos e objetivos explorados até aqui.

2.1. Princípios da Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade CFC (2005) relata os Princípios que estão revestidos de universalidade e generalidade, informações que caracterizam o conhecimento científico, adequando interpretação uniforme das demonstrações contábeis. De acordo com a Resolução nº 1.282/2010, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os Princípios de Contabilidade são: Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo valor original; Competência e Prudência (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2010).

Os princípios de contabilidade instrui a elaboração demonstrações contábeis, pois eles definem os critérios que devem ser adotados, facilitando a interpretação adequada pelos usuários, da composição patrimonial de uma empresa.

2.2. Princípio da continuidade

O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2010).

O princípio da continuidade menciona que a empresa deve ser avaliada e estruturada na suposição de que a entidade nunca será extinta. As Demonstrações Contábeis são estáticas e não podem ser desvinculadas dos períodos anteriores e subsequentes, a vida da empresa é continuada até circunstância esclarecedora em contrário. Seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que têm em gerar benefícios futuros para a empresa, na continuidade de suas operações, e não pelo valor que se poderia obter se fossem vendidos no estado em que se encontram (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1993).

A continuidade das atividades da empresa deve se dar, presumivelmente, por tempo indeterminado. Assim, pelo Princípio da Continuidade a empresa deve ser considerada como uma estrutura em movimento constante e contínuo de produção, venda, compra, consumo, investimentos e que deve consolidar seus objetivos continuamente.

Ao tratarem do princípio da continuidade, Lopes e Martins mencionam o que o CFC fala a respeito e afirmam que o princípio também “estabelece o aspecto indeterminado de duração do empreendimento empresarial” (LOPES e MARTINS, 2007, p. 134). A relevância da continuidade também é destacada na seguinte afirmação:

Na verdade, os postulados *da continuidade e da entidade* constituem o pilar sobre o qual se baseia todo o edifício dos conceitos contábeis. De forma combinada poderíamos afirmar: a Contabilidade é mantida para entidades, como pessoas distintas dos sócios que as integram e que, se supõe, continuarão operando por um período indefinido de tempo. (IUDÍCIBUS, 2009, p. 36)

Por fim, registra-se que o referido princípio também é mencionado no item 23 da Resolução CFC nº 1.121/2008, que aprovou a NBC TG - Estrutura Conceitual:

As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade continuará em operação no futuro previsível. Dessa forma, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações; se tal intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis têm que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada.

2.3 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são demonstrativos de índices de desenvolvimento econômico que parte da análise da estrutura patrimonial e financeira em determinado período realizado por uma entidade.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a vida financeira e patrimonial da entidade, que por sua vez, auxiliam administradores e usuários da entidade a tomar decisões.

As demonstrações contábeis também expressam como os recursos em poder da administração estão sendo utilizados, ou seja, se estão obtendo retorno positivo ou negativo.

2.3.1 Finalidade das demonstrações contábeis

De acordo com CPC 26 as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho de uma entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.

Conforme a CPC 26 as demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da Administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação de uma entidade acerca do seguinte:

- a) Ativos;
- b) Passivos;
- c) Patrimônio líquido;
- d) Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas;
- e) Alterações no capital próprio mediante contribuições dos proprietários e distribuições aos proprietários;
- f) Fluxos de caixa.

2.3.2 Conjunto completo de demonstrações contábeis

Um conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- a) Balanço patrimonial ao final do período;
- b) Demonstração do resultado do exercício;
- c) Uma demonstração do resultado abrangente total do período;
- d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- e) Demonstração dos fluxos de caixa;
- f) Demonstração do valor adicionado, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;
- g) Notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias; e
- h) Balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado quando uma entidade aplica uma política contábil retroativamente ou procede à republicação de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis. A demonstração do resultado abrangente total poderá ser apresentada em demonstrativo próprio ou incluída dentro das mutações do patrimônio líquido

2.3.2.1 Balanço patrimonial

Padoveze e Benedicto (2010, p. 27) destaca que a peça por excelência, e a mais importante, é o balanço patrimonial. A função básica do balanço patrimonial é demonstrar todo o patrimônio de uma entidade, classificando todo o conjunto em bens e direitos em um determinado período de tempo.

A Resolução nº 686/90, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na NBC T 3.2, item 3.2.1. diz que, “o balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, em uma determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade”.

Segundo Iudícibus (1985 p.153), “o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em dado momento. Por esse motivo é tecnicamente chamado de “Balanço Patrimonial”.

O Balanço Patrimonial se divide em duas colunas:

- a) A da esquerda contém o Ativo
- b) A direita o Passivo e o Patrimônio Líquido

Balanço patrimonial representa toda a riqueza de uma empresa, portanto, conforma Assaf Neto (2010, p.48) classifica-se:

- a) Ativo: relacionam-se todas as aplicações de recursos efetuadas pela empresa;
- b) Passivo: identifica as exigibilidades e obrigações da empresa, cujos valores encontram-se investidos nos ativos;
- c) Patrimônio Líquido: é representado pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo em determinado momento. Identifica os recursos próprios da empresa, sendo formado pelo capital investido pelos acionistas (ou sócios) mais os lucros gerados no exercício e que foram retidos na empresa (lucros não distribuídos).

2.3.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração do resultado do exercício, ainda segundo o CPC 26 deverá, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também as determinações legais:

- a) Receitas;
- b) Despesas financeiras;
- c) Parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- d) Despesa com impostos sobre a renda;

e) O valor líquido dos seguintes itens:

- a) Resultado líquido após impostos sobre a renda das operações descontinuadas,
- b) O resultado após os impostos sobre a renda decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do(s) grupo(s) à disposição para baixa que constituem a unidade operacional descontinuada; na demonstração do resultado abrangente total

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é uma demonstração contábil da empresa, onde se apresenta o resultado líquido obtidos de suas atividades.

A Resolução nº 686/90, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na NBC T 3.2, item 3.3.1. diz que, “a demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade”.

Conforme Neto (2010, p. 65) “a demonstração de resultados do exercícios visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido”.

A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas.

A estrutura da demonstração do resultado se compreende conforme a Resolução nº 686/90, NBC T, item 3.32:

- a) As receitas e os ganhos do período, independentemente de seu recebimento;
- b) Os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a esses ganhos e receitas.

2.4 Análise das Demonstrações Contábeis

A Análise das Demonstrações Contábeis tem como finalidade examinar a evolução ou retrocesso das situações financeira e econômica da entidade. Matarazzo (1992, p. 22) afirma que “a Análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões”. As Demonstrações Contábeis fornecem uma quantidade de dados relativos a empresa e através da Análise de Balanços é possível transformar estes dados em informações úteis aos usuários.

Segundo Franco (1992, p. 93) “as principais demonstrações contábeis são exposições sintéticas dos componentes patrimoniais e de suas variações, a elas recorreremos quanto desejamos conhecer os diferentes aspectos da situação patrimonial e suas variações.”

Conforme Assaf Neto (1989) a principal característica que norteia a análise de balanços é a comparação. Comparam-se valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins.

Neto (1989) ainda explica que quando uma conta ou grupo de contas é tratado isoladamente não retrata adequadamente a importância do valor apresentado e menos ainda seu comportamento ao longo do tempo. A esse processo de comparação, indispensável ao conhecimento da situação de uma empresa, é representado pela análise horizontal e análise vertical.

A análise de balanço é uma técnica de interpretação e crítica que tem o objetivo principal saber a verdadeira situação econômica financeira da empresa, quanto suas fontes de financiamento, seu desenvolvimento, cumprimento de suas obrigações e variações de financiamento.

Como Neto explica que (2010, p. 35) “a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras”.

A análise dos resultados devem obrigatoriamente espelhar a verdadeira realidade financeira e econômica das demonstrações contábeis e sua situação líquida e patrimonial. Assim, o auditor analista terá confiança que as normas, procedimentos e princípios contábeis foram observados, dando suporte para a análise e interpretação dos relatórios.

2.4.1 Conceitos de Análise das Demonstrações Contábeis

Segundo Assaf Neto (2010, p.35), a análise de balanços visa:

Relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Ponderando ainda a necessidade de se avaliar a história da contabilidade, Iudícibus (1998, p. 17) afirma que “[...] a necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quanto a própria origem de tais peças”.

A partir desse alicerce, pode-se constatar que a análise de balanços pode ser realizadas em partes, desde que os objetivos almejados possam ser atingidos.

Para Matarazzo (1998, p.16),

[...] a análise de balanços objetiva extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões. Nesse sentido, para Reis (2003, p. 108), a análise de balanço consiste na comparação de um grupo de valores ou valores isolados, permitindo extrair informações sobre os ritmos dos negócios e da situação econômico-financeira de uma entidade.

Sá (1995, p. 24) afirma que:

O estudo da situação de uma parte, sistema de partes ou do todo patrimonial de uma empresa ou entidade, através da decomposição de elementos e levantamentos de dados que consistem em relações diversas que entre si possam ter tais elementos, visando-se a conhecer a realidade de um estado ou ajuizar os feitos de uma administração sob certo ponto de vista.

2.4.2 Técnicas de Análise de Balanços

Assaf Neto (2010, p. 43) explica que a análise de balanço apresenta-se de duas formas:

- a) Temporal: envolvendo resultados de períodos anteriores.
- b) Interempresarial: relacionando o desempenho de uma empresa com setor de atividade e o mercado em geral.

Neto ainda contextualiza e apresenta as principais técnicas de análise de balanços:

- c) Análise Horizontal: identifica a evolução dos diversos elementos patrimoniais e de resultados ao longo de determinado período de tempo.
- d) Análise Vertical: de maneira idêntica à análise horizontal, a análise vertical objetiva basicamente o estudo das tendências da empresa. Complementando as informações horizontais, o estudo vertical das demonstrações contábeis permite conhecer a estrutura financeira e econômica da empresa, ou seja, a participação relativa de cada elemento patrimonial e de resultados.
- e) Indicadores Econômico-Financeiros: procuram relacionar elementos afins das demonstrações contábeis de forma a melhor extrair conclusões sobre a situação da empresa.
- f) Diagrama de Índices: constitui-se em importante instrumento de análise de balanços, sendo desenvolvido pela decomposição dos elementos que exercem influências nos índices.

2.4.3 Análise dos Indicadores

Os indicadores são adquiridos pelo meio de cálculos e comparações envolvendo duas grandezas, segundo Gitman (2008, p. 42): “a análise de índices não inclui somente o cálculo de determinado índice. Mais importante do que isso é a interpretação do valor desse índice”.

Segundo Matarazzo (1998, p. 153), “Índice é a relação entre a conta e o grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Dessa forma, a análise por meio de índices permite comparar elementos patrimoniais entre si, fornecendo uma visão mais ampla da situação da entidade do que cada um dos componentes do patrimônio fosse analisado individualmente. Abaixo, segue um quadro 01 demonstrando os principais índices de análise e seus objetivos.

Quadro 01 – Índices de Análise de Balanço		
Índice	Fórmula	Conceito
Liquidez Corrente	$LC = AC/PC$	O índice analisa a situação de curto prazo, ou seja, quanto se tem de direito a curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigação a curto prazo. Quanto maior o índice melhor.
Liquidez Geral	$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	O índice analisa a situação de longo prazo, ou seja, revela a capacidade de saldar todas as obrigações da entidade. Quanto maior o índice melhor.
Liquidez Seca	$LS = \frac{AC - E - DA}{PC}$	O índice analisa a situação de curto prazo, porém exclui a conta de estoques, ou seja, quanto se tem de direito (menos estoques) a curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigação a curto prazo. Quanto maior o índice melhor.
Giro do Ativo	$GA = \frac{\text{Receitas Líquidas}}{\text{Média Ativo Total}}$	Este índice demonstra quanto cada R\$1,00 de ativos produziu de receita. Quanto maior Melhor.
Margem Líquida	$ML = \frac{R. \text{Líquido do Exercício}}{\text{Receitas Líquidas}}$	Este índice mostra o quanto a empresa lucrou após a dedução de todas as despesas para cada R\$ 1,00 de receita líquida.
Rentabilidade do Ativo	$RA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}}$	A rentabilidade do ativo demonstra o quanto à empresa consegue de lucro para R\$ 1,00 real de investimento.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\text{Rent. do PL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patri. Líquido}}$	Mostra a rentabilidade dos recursos investidos pelos sócios ou acionistas da empresa.

Fonte: Elaborado pelo Autor

2.5 Lei 11.638/2007 e 11.941/2009

As leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, que alteraram a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), estabeleceram as condições para a participação do Brasil no processo mundial de convergência das normas e práticas contábeis internacionais (*International Accounting Standards – IAS – e International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (Iasb)*. As normas foram introduzidas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que emitiu seus pronunciamentos em consonância com as práticas internacionais.

A apresentação de balanços e de demonstrativos financeiros de acordo com o IFRS este ano tornou-se obrigatório para grande maioria das empresas. A mudança das normas contábeis, entretanto, continua dificultando a apresentação e a leitura dos balanços publicados em 2011. O fato é grave: Compromete a transparência e a compreensão da real situação das empresas, dificultando decisões, por exemplo, de concessão de crédito.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

Caracterizou como um estudo de caso que conforme Gil (1999, p.73 apud BEUREN et al, 2003, p.84): O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Esta pesquisa teve caráter de cunho exploratório, e bibliográfico na qual foram colhidas a informações necessárias para verificar determinadas variáveis econômicas, sociais e climáticas na região de Tangará da Serra – MT. Nesta fase, foi utilizado o método histórico, pois foram levantados dados do passado, nos anos de 2008 a 2012.

O relato bibliográfico da pesquisa teve por finalidade privilégio exclusivo dos conceitos teóricos de contabilidade e suas técnicas de análise. Trouxe como contribuição teórica livros, artigos periódicos, e em jornais de circulação exclusiva no Município de Tangará da Serra, e coletados dados estatísticos na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, através do perfil sócio econômico do município e replicação do artigo de Fagundes, Lirio, Ciupak e Lavarda (2008) publicado em Lucas do Rio Verde – MT.

3.2 Processo de Análise

As variáveis econômicas financeiras foram retiradas das demonstrações financeiras do Sicredi Sudoeste – MT, as variáveis climáticas foram obtidas através do site do INMET, e ainda foram levantados os valores médios da moeda US\$ e valor de venda, no período de plantio e colheita e produtividade por hectare nos sites Agrolink e IMEA, tendo como objetivo específico averiguar a influência de variáveis externas sobre as demonstrações financeiras. Tendo como objetivos específicos as análises dos seguintes índices:

- a) Evidenciar alguns eventos climáticos, sociais e econômicos que possam influenciar as demonstrações financeiras;
- b) Analisar as demonstrações financeiras dos exercícios de 2008 a 2012 do Sicredi Sudoeste MT;
- c) Averiguar qualitativamente as variáveis climáticas, sociais e econômicas demonstradas e seu impacto nas demonstrações financeiras.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta etapa apresenta-se os índices com base na realidade econômica e social de Tangará da Serra – MT e de algumas variáveis econômicas, sociais e climáticas que possam influenciar nos resultados das análises das demonstrações contábeis.

Logo em seguida se transcreve o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da Cooperativa de Crédito Sicredi Sudoeste – MT de Tangará da Serra – MT, para realizar as análises e representar por meio de quadros as comparações dos índices do período de 2008 a 2012 seguindo a teoria e conceito desta pesquisa.

4.1 Algumas variáveis econômicas, sociais e climáticas do município de Tangará da Serra - MT

Segundo a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, conforme o perfil sócio econômico as culturas de soja e cana-de-açúcar são as atividades predominantes, havendo o cultivo de outras culturas. A atividade de soja representa, considerando os municípios vizinhos, como Sapezal, Campos de Júlio e Campo Novo dos Parecis, 20% de toda a produção do estado, gerando uma produção de 3,6 milhões de toneladas (IBGE, 2009). Já a atividade de Cana de açúcar, representa na região de Tangará da Serra 50% da produção do estado, produzindo 8 milhões de toneladas.

Análise das demonstrações contábeis e reflexos da conjuntura econômico-social no patrimônio da cooperativa de crédito – Sicredi Sudoeste – MT

Vadilson Gomes da Silva

Mário Geraldo Ferreira de Andrade

A soja é o principal item em destaque, assim, optou-se por avaliar as variações do produto soja, por ser a base da economia do Município, nos períodos de plantio, quando há os investimentos, na colheita do produto, quando há a geração de produção e receitas. Outras variáveis pesquisadas foram o dólar comercial, pois o referido produto tem cotação internacional, e o índice pluviométrico durante o período do plantio e da colheita. O Quadro 2 representa as variáveis pesquisadas, cujas fontes estão abaixo especificadas.

Quadro 02 - Variáveis Pesquisadas

Variáveis	2008	2009	2010	2011	2012
1 – Dólar em 31 de Dezembro R\$	2,3362	1,7404	1,6654	1,8751	2,0429
2 – Dólar médio no período do plantio de soja R\$	2,1551	1,7581	1,7013	1,7874	2,05
3 – Dólar médio no período da colheita da soja R\$	1,7371	2,3104	1,7995	1,6665	1,7695
4 – Preço médio da soja durante o plantio R\$	17,39	37,13	34,74	40,85	45,07
5 – Preço médio da soja durante o colheita R\$	11,4	37,03	28,3	40,38	43,25
6 – Produtividade média por hectare – soja (kg)	3.180	2.760	3.000	3.150	2.749
7 – índice pluviométrico no período do plantio da soja (mm)	629	183	76	671	603
8 – índice pluviométrico no período de colheita da soja (mm)	882	574	104	419	612

1 - Dólar comercial de 31 de dezembro de cada ano. (BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

2 - Dólar comercial, compreendendo o período de setembro a dezembro de cada ano. (BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

3 - Dólar comercial, compreendendo o período de janeiro a abril de cada ano. (BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

4 - Preço da soja comercial, referente ao período de setembro a dezembro de cada ano. (INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGRÍCOLA. 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

5 - Preço da soja comercial, referente ao período de janeiro a abril de cada ano. (INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGRÍCOLA. 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

6 - Produtividade média por hectare, produto soja, em Quilogramas. (INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGRÍCOLA. 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

7 - Índice pluviométrico, compreendendo o período de setembro a dezembro de cada ano. (INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

8 - Índice pluviométrico, compreendendo o período de janeiro a abril de cada ano. (INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1 Análise Vertical e Horizontal

Assaf Neto (2010, p. 94) diz:

As duas principais características de análise de uma empresa são a comparação dos valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins. Dessa maneira, pode-se afirmar que o critério básico que norteia a análise de balanços é a comparação.

Análise das demonstrações contábeis e reflexos da conjuntura econômico-social no patrimônio da cooperativa de crédito – Sicredi Sudoeste – MT

Vadilson Gomes da Silva

Mário Geraldo Ferreira de Andrade

A análise horizontal identifica a evolução de diversos elementos patrimoniais em um período de tempo. Em contrapartida, a análise vertical obtém o valor percentual de cada elemento patrimonial e de seu resultado.

Nos Quadros 3 e 4 estão sistematizadas as Análises Horizontal e Vertical do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Resultado do Exercício, respectivamente.

5.1.1 Balanço Patrimonial

Balancos encerrados em	31/12/2008			31/12/2009			31/12/2010			31/12/2011			31/12/2012			
	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH	
ATIVO	101.225.000	87%	100%	110.063.000	88%	109%	157.455.000	83%	156%	234.135.000	86%	231%	308.468.000	87%	305%	
Ativo Circulante	1.325.000	1%	100%	1.581.000	1%	119%	1.725.000	1%	130%	2.448.000	1%	185%	4.410.000	1%	333%	
Disponibilidades	1.043.000	1%	100%	2.011.000	2%	193%	0	0%	0	0%	0%	0%	0	0%	0%	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	44.000	0%	100%	45.000	0%	102%	49.000	0%	111%	178.000	0%	405%	10.000	0%	23%	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	37.000	0%	100%	3.000	0%	8%	3.000	0%	8%	376.000	0%	1016%	196.000	0%	530%	
Depósitos no Banco Central	0	0%	100%	0	0%	0%	0	0%	0	0	0%	0%	207.000	0%	100%	
Correspondentes no Brasil	41.754.000	36%	100%	36.986.000	30%	89%	50.953.000	27%	122%	64.075.000	24%	153%	92.228.000	26%	221%	
Centralização Financeira - Cooperativas	58.327.000	50%	100%	70.213.000	56%	120%	105.956.000	56%	182%	168.237.000	62%	288%	215.668.000	61%	370%	
Operações de Crédito	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-4.071.000	-4%	100%	-3.392.000	-3%	83%	-3.948.000	-2%	97%	-5.405.000	-2%	133%	-8.578.000	-2%	211%
Rendas a Receber	333.000	0%	100%	267.000	0%	80%	723.000	0%	217%	1.429.000	1%	429%	1.436.000	0%	431%	
Diversos	894.000	1%	100%	1.588.000	1%	178%	1.758.000	1%	197%	3.145.000	1%	352%	2.283.000	1%	255%	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	0	0%	100%	-222.000	0%	0%	-568.000	0%	0%	-938.000	0%	0%	-38.000	0%	0%	
Outros Valores e Bens	1.095.000	1%	100%	1.042.000	1%	95%	841.000	0%	77%	635.000	0%	58%	693.000	0%	63%	
(Provisões para Desvalorizações)	0	0%	100%	-72.000	0%	0%	-45.000	0%	0%	-45.000	0%	0%	-57.000	0%	0%	
Despesas Antecipadas	444.000	0%	100%	13.000	0%	3%	8.000	0%	2%	0	0%	0%	10.000	0%	2%	
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.701.000	8%	100%	8.278.000	7%	85%	22.699.000	12%	234%	25.736.000	9%	311%	28.297.000	8%	292%	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	0%	100%	0	0%	0%	0	0%	0%	69.000	0%	100%	74.000	0%	0%	
Operações de Crédito	10.493.000	9%	100%	12.323.000	10%	117%	26.642.000	14%	254%	29.409.000	11%	239%	31.613.000	9%	301%	
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-1.939.000	-2%	100%	-4.712.000	-4%	243%	-4.275.000	-2%	220%	-3.742.000	-1%	79%	-3.390.000	-1%	175%	
Diversos	0	0%	100%	669.000	100%	0%	332.000	0%	50%	0	0%	0%	0	0%	0%	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	0	0%	100%	-2.000	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	
Despesas Antecipadas	1.147.000	1%	100%	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	
Permanente	5.126.000	4%	100%	6.563.000	5%	128%	9.443.000	5%	184%	11.839.000	4%	180%	17.253.000	5%	337%	
Outros Investimentos	2.363.000	2%	100%	4.065.000	3%	172%	5.045.000	3%	213%	6.013.000	2%	148%	10.508.000	3%	445%	
Imóveis de Uso	477.000	0%	100%	477.000	0%	100%	1.004.000	1%	210%	1.004.000	0%	210%	1.529.000	0%	321%	
Outras Imobilizações de Uso	3.957.000	3%	100%	4.900.000	4%	124%	6.385.000	3%	161%	7.652.000	3%	156%	8.254.000	2%	209%	
(Depreciações Acumuladas)	-2.036.000	-2%	100%	-2.879.000	-2%	141%	-3.670.000	-2%	180%	-4.092.000	-2%	142%	-4.503.000	-1%	221%	
Gastos de Organização e Expansão	655.000	1%	100%	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	
(Amortização Acumulada)	-290.000	0%	100%	0	0%	0%	0	0%	0%	-476.000	0%	0%	-1.055.000	0%	364%	
Outros Ativos Intangíveis	0	0%	100%	0	0%	0%	679.000	0%	100%	1.738.000	1%	256%	2.520.000	1%	371%	
TOTAL DO ATIVO	116.052.000	100%	100%	124.904.000	100%	108%	189.597.000	100%	163%	271.710.000	100%	234%	354.018.000	100%	305%	
PASSIVO																
Passivo Circulante	95.321.000	82%	100%	99.839.000	80%	105%	151.355.000	80%	159%	224.138.000	82%	235%	291.376.000	82%	306%	
Depósitos à Vista	42.308.000	36%	100%	33.225.000	27%	79%	44.682.000	24%	106%	39.149.000	14%	118%	50.377.000	14%	113%	
Depósito Interfinanceiros	0	0%	100%	0	0%	0%	438.000	0%	100%	802.000	0%	100%	335.000	0%	100%	
Depósitos a Prazo	29.820.000	26%	100%	31.284.000	25%	105%	49.558.000	26%	166%	68.418.000	25%	219%	73.833.000	21%	149%	
Outros Depósitos	19.000	0%	100%	15.000	0%	79%	35.000	0%	184%	0	0%	0%	0	0%	0%	
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	13.000	0%	100%	2.000	0%	15%	0	0%	0	115.000	100%	885%	44.000	0%	338%	
Repasse Interfinanceiros (NOTA 09)	19.439.000	17%	100%	31.919.000	26%	164%	51.678.000	27%	266%	75.479.000	28%	236%	79.055.000	22%	153%	
Recursos em Trânsito de Terceiros	0	0%	100%	0	0%	0%	316.000	0%	100%	871.000	0%	100%	682.000	0%	100%	
Emprestimos no País - Outras Instituições	827.000	1%	100%	0	0%	0%	0	0%	0%	20.167.000	7%	2439%	46.856.000	13%	5666%	
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.000	0%	100%	18.000	0%	300%	25.000	0%	417%	22.000	0%	122%	18.000	0%	72%	
Sociais e Estatutárias	377.000	0%	100%	354.000	0%	94%	464.000	0%	123%	721.000	0%	204%	1.069.000	0%	230%	
Fiscais e Previdenciárias	430.000	0%	100%	528.000	0%	123%	709.000	0%	165%	848.000	0%	161%	1.265.000	0%	178%	
Diversas (NOTA 11)	2.082.000	2%	100%	2.494.000	2%	120%	3.450.000	2%	166%	17.546.000	6%	704%	37.842.000	11%	1097%	
Passivo Exigível a Longo Prazo	671.000	1%	100%	689.000	1%	103%	6.924.000	4%	1032%	5.270.000	2%	785%	1.715.000	0%	256%	
Repasse Interfinanceiros (NOTA 09)	671.000	1%	100%	689.000	1%	103%	6.924.000	4%	1032%	5.270.000	2%	785%	1.715.000	0%	256%	
CAPITAL DE TERCEIROS	95.992.000	83%	100%	100.528.000	80%	105%	158.279.000	83%	165%	229.408.000	84%	239%	293.091.000	83%	305%	
Patrimônio Líquido	20.060.000	17%	100%	24.376.000	20%	122%	31.318.000	17%	156%	42.302.000	16%	211%	60.927.000	17%	304%	
CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	14.179.000	12%	100%	17.052.000	14%	120%	22.345.000	12%	158%	28.045.000	10%	164%	34.730.000	10%	155%	
De Domiciliados no País	14.181.000	12%	100%	17.076.000	14%	120%	22.358.000	12%	158%	28.059.000	10%	164%	35.045.000	10%	157%	
(Capital a Realizar)	-2.000	0%	100%	-24.000	0%	1200%	-13.000	0%	650%	-14.000	0%	58%	-315.000	0%	2423%	
RESERVAS DE CAPITAL	70.000	0%	100%	70.000	0%	100%	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0%	
RESERVAS DE LUCROS	4.468.000	4%	100%	5.801.000	5%	130%	7.340.000	4%	164%	11.264.000	4%	194%	19.361.000	5%	264%	
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.343.000	1%	100%	1.453.000	1%	108%	1.633.000	1%	122%	2.993.000	1%	206%	6.836.000	2%	419%	
TOTAL DO PASSIVO	116.052.000	100%	100%	124.904.000	100%	108%	189.597.000	100%	163%	271.710.000	100%	234%	354.018.000	100%	305%	

Fonte: Sicredi Sudoeste MT

O Ativo Total da cooperativa em termos reais cresceu 205% de 31/12/2008 à 31/12/2012, sendo sua maior expansão no período de 2010, quando teve um crescimento de 51,79% em relação à 31/12/2009.

Análise das demonstrações contábeis e reflexos da conjuntura econômico-social no patrimônio da cooperativa de crédito – Sicredi Sudoeste – MT

Vadilson Gomes da Silva

Mário Geraldo Ferreira de Andrade

Nota-se que a estrutura do ativo da empresa pouco se altera, pois, os recursos investidos no Ativo Circulante encontravam-se: 87% em 2008, 88% em 2009, 83% em 2010, 86% em 2011 e 87% em 2012.

O Passivo Circulante foi quem financiou basicamente a expansão do Ativo Circulante, pois, em 2008, a conta representava 82% do Passivo Total: em 2009 caiu para 80%; em 2010, 80%; em 2011, subiu para 82%; e em 2012, 83%.

O Patrimônio Líquido que fornecia, em 2008, 17% dos recursos, passou a fornecer 20% em 2009, caiu para 17% em 2010, 16% em 2011, subindo para 17% em 2012. Como a cooperativa tem pouco financiamento a longo prazo, essa queda no Patrimônio Líquido se reflete no aumento dos recursos a curto prazo para financiar seu Ativo Circulante.

Os Capitais de Terceiros também cresce 205%, igualando com o ativo. Percebe-se que a empresa manteve os investimentos controlados em seu Ativo Circulante. Sua situação financeira é satisfatória.

Observa-se no quadro 4 que a empresa publicou seu Balanço Patrimonial com a nomenclatura de Ativo Permanente, porém conforme a Lei 11.638/07 trata como nova nomenclatura Ativo Circulante.

5.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Quadro 04 - Análise Vertical e Horizontal - Sicredi Sudoeste MT

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2008			31/12/2009			31/12/2010			31/12/2011			31/12/2012		
	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH
Discriminação															
Ingressos e receitas da intermediação financeira	13.156.000	100%	100%	22.171.000	100%	169%	24.888.000	100%	189%	38.801.000	100%	295%	58.402.000	100%	444%
Dispêndios e despesas da intermediação financeira	-5.884.000	-45%	100%	-10.407.000	-47%	177%	-10.323.000	-41%	175%	-18.879.000	-49%	321%	-24.400.000	-42%	415%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	7.272.000	55%	100%	11.764.000	53%	162%	14.565.000	59%	200%	19.922.000	51%	274%	34.002.000	58%	468%
Outros Ingressos e Receitas/Dispêndios e Despesas Operacionais	-2.783.000	-21%	100%	-7.320.000	-33%	263%	-7.609.000	-31%	273%	-10.586.000	-27%	380%	-15.746.000	-27%	566%
Resultado Operacional	4.489.000	34%	100%	4.444.000	20%	99%	6.956.000	28%	155%	9.336.000	24%	208%	18.256.000	31%	407%
Resultado Não Operacional	-148.000	-1%	100%	-355.000	-2%	240%	101.000	0%	-68%	229.000	1%	-155%	-48.000	0%	32%
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	4.341.000	33%	100%	4.089.000	18%	94%	7.057.000	28%	163%	9.565.000	25%	220%	18.208.000	31%	419%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-119.000	-1%	100%	-231.000	-1%	194%	-379.000	-2%	318%	453.000	1%	-381%	-668.000	-1%	561%
Resultado antes da Participação Societária	4.222.000	32%	100%	3.858.000	17%	91%	6.678.000	27%	158%	9.112.000	23%	216%	17.540.000	30%	415%
Resultado de Participação Societária	0	0%	100%	0	0%	100%	0	0%	100%	0	0%	0	0	0%	0%
Sobras ou Perdas do Exercício antes das Destinações	4.222.000	32%	100%	3.858.000	17%	91%	6.678.000	27%	158%	9.112.000	23%	216%	17.540.000	30%	415%
Destinações	2.623.000	20%	100%	2.405.000	11%	92%	-2.978.000	-12%	-114%	-6.119.000	-16%	-233%	-10.704.000	-18%	-408%
Sobras a Disposição	1.599.000	12%	100%	1.453.000	7%	91%	3.700.000	15%	231%	2.993.000	8%	187%	6.836.000	12%	428%

Fonte: Sicredi Sudoeste MT

O ingresso da receitas da intermediação financeira teve uma grande expansão, sendo de 2008 para 2012 o crescimento fidedigno foi de 344,00%. Os dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira tiveram oscilações no período analisado, sendo o elhor índice em 2010, onde representava 41% das receitas.

O resultado bruto apresentou crescimento de 368,00% no período de 2008 a 2012. Em 2008 respondia por 55,00% das receitas, passou para 53,00% em 2009, 59,00% em 2010, caiu para 51,00% em 2011 e logo subiu para 58% em 2012. Nota-se que, no ano de 2011, o Lucro

Análise das demonstrações contábeis e reflexos da conjuntura econômico-social no patrimônio da cooperativa de crédito – Sicredi Sudoeste – MT

Vadilson Gomes da Silva

Mário Geraldo Ferreira de Andrade

Bruto foi afetado devido à elevação dos dispêndios e da intermediação financeira, que representava 49,00% das receitas.

Já o resultado operacional cresceu 307,00%, bem abaixo do Lucro Bruto, resultado este que foi afetado pelo crescimento dos outros dispêndios e despesas operacionais que representou em 2008 21,00% das receitas totais, 2009 passou a consumir 33,00% das receitas; 2010, 31,00%; 2011 caiu para 27,00% e 2012, 27,00%.

Conforme o estudo de índice de Margem Líquida, as sobras que representavam 12% das receitas em 2008, passavam para 7% em 2009, subiu para 15% em 2012, caiu para 8% em 2011 e fechou com 12% em 2012, ou seja, em 2011 reduziu quase a metade que havia alcançado em 2012, confirmando-se a queda de rentabilidade da empresa neste período.

O quadro 05 mostra um resumo de todos os indicadores contábeis apontados até o momento e também as variáveis externas.

Quadro 05 - Resumo dos índices - Sicredi Sudoeste MT					
Indicadores Contábeis e variáveis pesquisadas	2008	2009	2010	2011	2012
Participação de Capitais de Terceiros: CT/PL	4,79	4,12	5,05	5,42	4,81
Liquidez Geral: LG	1,16	1,18	1,14	1,13	1,15
Liquidez Corrente: LC	1,06	1,10	1,04	1,04	1,06
Liquidez Seca: LS	1,05	1,09	1,03	1,03	1,05
Giro do Ativo: VL/AT	0,11	0,18	0,13	0,14	0,16
Margem Líquida: LL/V	0,12	0,07	0,15	0,08	0,12
Rentabilidade do Ativo: LL/AT	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02
Rentabilidade do Patrimônio Líquido: LL/PL	0,08	0,06	0,12	0,07	0,11
Resultado do Exercício R\$	1.599.000,00	1.453.000,00	3.700.000,00	2.993.000,00	6.836.000,00
Dólar do dia 31 de dezembro R\$	2,3362	1,7404	1,6654	1,8751	2,0429
Dólar médio no período do plantio da soja R\$	2,1551	1,7581	1,7013	1,7874	2,05
Dólar médio no período da colheita da soja R\$	1,7371	2,3104	1,7995	1,6665	1,7695
Preço médio da soja durante o plantio R\$	17,39	37,13	34,74	40,85	45,07
Preço médio da soja durante a colheita R\$	11,4	37,03	28,3	40,38	43,25
Produtividade média por hectare- soja (kg)	3180	2760	3000	3150	2749
Índice pluviométrico no período do plantio da soja (mm)	629	183	76	671	603
Índice pluviométrico no período da colheita da soja (mm)	882	574	104	419	612
Fonte: Elaborado pelo Autor					

6 CONCLUSÃO

A Análise das Demonstrações Contábeis é uma ferramenta gerencial importantíssima para as empresas, pois apresenta aos gestores argumentos obtidos por meio de uma avaliação temporal para tomadas de decisões em ações futuras. Portanto, é importante que as pessoas envolvidas nas análises devem ter conhecimento das Demonstrações Contábeis para que os investimentos da empresa sempre estejam focados na maximização dos lucros.

Análise das demonstrações contábeis e reflexos da conjuntura econômico-social no patrimônio da cooperativa de crédito – Sicredi Sudoeste – MT

Vadilson Gomes da Silva

Mário Geraldo Ferreira de Andrade

A sugestão de pesquisa visou realizar uma análise aprofundada das ações de variáveis externas sobre as demonstrações financeiras de uma empresa. Diante disso, o princípio contábil da continuidade acompanha o desenvolver das atividades da empresa e foram levadas em considerações algumas influências externas que possam afetar a continuidade de sua atividade operacional. Assim, demonstra-se conclusões do estudo baseado no problema de pesquisa, bem como nos objetivos específicos estipulados.

O primeiro objetivo específico demonstrou alguns fatos econômicos, sociais e climáticos que possam influenciar nas Demonstrações Contábeis. Levou-se em consideração a realidade econômica e social do Município de Tangará da Serra na qualificação das variáveis pesquisadas. Optou-se por avaliar um dos produtos que representa um dos compostos da econômica agrícola do Município, a soja, compreendendo as variações de preço, produtividade, condições do clima e a variação cambial durante o período de investimento e de produção.

O segundo objetivo específico avaliou as demonstrações contábeis dos exercícios de 2008 a 2012 do Sicredi Sudoeste MT, demonstrando a situação econômica, por meio dos índices de estrutura de capitais, liquidez e rentabilidade, bem como, da análise dos resultados em termos de valor absoluto e percentual.

O terceiro objetivo verificou qual o impacto das variáveis econômicas, sociais e climáticas nos resultados das demonstrações contábeis, por meio da comparação entre as mutações dos indicadores contábeis da Análise do Balanço, com as variáveis pesquisadas.

O Quadro 6 apresenta essa oscilação. Os indicadores de liquidez, que demonstra a capacidade de pagamento das dívidas da empresa, ou seja, a Liquidez Geral, Liquidez Seca e Liquidez Corrente demonstrou a queda em 2010.

Variáveis	2008	2009	2010	2011	2012
Liquidez Geral	1,16	1,18	1,14	1,13	1,15
Liquidez Corrente	1,06	1,1	1,04	1,04	1,06
Liquidez Seca	1,05	1,09	1,03	1,03	1,05

Fonte: Elaborado pelo Autor

O quadro 06 demonstra a capacidade de solvência de compromissos de curto e longo prazo da cooperativa de crédito Sicredi. Verifica-se que há uma oscilação nos períodos de cada índice, mas não compromete a capacidade de pagamento da entidade.

A liquidez geral apresenta melhor índice em 2009, com 1,18 sendo assim, capaz de solver todas as dívidas de curto e longo prazo da cooperativa. A liquidez corrente segue a mesma linha, com melhor índice em 2008 e 2012, tendo sem sobra de dívidas solvência plena sobre obrigações de curto prazo. E por fim a liquidez seca apresenta o melhor índice também em 2009, sendo suas disponibilidades, riquezas e recursos capaz de pagar suas obrigações em imediato.

6.1 Índices que apresentaram variações as demonstrações financeiras.

a) Giro do Ativo: As receitas cresceram 328% e o ativo 205%. A maior rentabilidade do ativo aconteceu no ano de 2009, onde o índice representa 0,18 da receitas pelo ativo. As variáveis dólar de colheita, preço de soja plantio, preço de soja colheita foram as de maior relevância nesse período.

b) Margem líquida: A cooperativa apresentou desequilíbrio em sua margem de lucro nos últimos 5 anos. O ano de 2009 e 2011 apresentaram o melhor índice do lucro. Em 2009 e 2011 o índices de preço de soja de colheita, o dólar do período de colheita e a produtividade média eram satisfatórios em relação aos anos anteriores, porém os dispêndios operacionais praticamente dobraram, assim afetando o índices de margem.

c) Rentabilidade do Ativo: A rentabilidade do ativo também teve oscilações durante o período de 2008 a 2012, porém o ano de 2012 e 2012 as receitas líquidas foram as mais expressivas e assim, o índice se manteve em 0,2. Esse resultado por ter sido alcançado pelo grande nível de produtividade de soja nesses períodos, ou seja, o mesmo com a baixa do dólar, queda de preço de soja, baixo índice pluviométrico, a cooperativa teve um aumento em rentabilidade do ativo, isso ocorre que o mesmo com os índices desfavoráveis, a produção de soja se amnteve em alta.

d) Rentabilidade do Patrimônio Líquido: Apresenta variação no período do rendimento de capital próprio. Os índices externos tem pouca influência sobre essa análise.

e) Resultado do Exercício: No ano de 2012, o resultado foi o melhor em termos de valor líquido (R\$ 6.836.000) e também foi o ano que teve bons indicadores de rentabilidade (Giro do Ativo = 0,16; Margem Líquida = 0,12; Rentabilidade do Ativo = 0,02; Rentabilidade do PL = 0,11). Todas as variáveis externas, em comparação aos anos anteriores se apresentaram como ótimos índices, sendo: Dólar 31/12 – R\$ 2,0429; Dólar plantio – R\$ 2,05; Dólar colheita – 1,7695; Preço soja plantio – R\$ 45,07; Preço soja colheita – R\$ 43,25; Índice

pluviométrico plantio – 603 e índice pluviométrico colheita 612. Portanto as influencias são notórias sobre o lucro líquido da cooperativa.

Quanto a questão da pesquisa, conclui-se que os acontecimentos externos influenciam sim os resultados do patrimônio da cooperativa. Verificamos que houve uma oscilação nos índices de liquidez mas não comprometeu a solvência de seus compromissos a curto e longo prazo.

No ano de 2001, como apresentou um aumento de crescimento nos índices, conclui que a cooperativa Sicredi Sudoeste mantém uma vida financeira favorável.

Fica como sugestão para estudos futuros a mesma pesquisa nas outras unidades da Cooperativa Sicredi do Estado e no Brasil, e sugere-se também o estudo com outras *commodity*.

REFÊRENCIAS

Agrolink. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/>>. Acesso em 25 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. **Altera e revoga dispositivos de Lei.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre os princípios contábeis.** Disponível em <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc>. Acesso em 25 set. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1282, de 28 de maio de 2010. **Dispõe atualiza dispositivos da resolução nº 750/93, sobre princípios fundamentais da contabilidade.** Disponível em <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1282.doc>. Acesso em 25 set. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 686, de 14 de dezembro 1990. **Dispõe sobre conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis.** Disponível em <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_686.doc>. Acesso em 25 set. 2013.

FAGUNDES, Jair Antonio; LIRIO, Luis Augusto Coffi; CIUPAK, Clébia; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. **Análise das Demonstrações Contábeis: Reflexos da Conjuntura Econômica-Social no Patrimônio de uma Cooperativa de Crédito – Sicredi Ouro Verde.** v. 8, n. 13 (2008). Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11102>>. Acesso em 18 set. 2013.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GITMAN, Lawrence. J. **Princípios de administração financeira.** 10. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

INSTITUTO NACIONAL METEOROLÓGICO. Disponível em <<http://www.inmet.gov.br/>>. Acesso em 25 set. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade:** uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia.** São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 9 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

PADOVEZE, Clovis Luis; BENEDICTO, G. C. **Análise das demonstrações financeiras.** 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SÁ, A. L.; SÁ, A. M. L. **Dicionário de contabilidade.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SEBRAE. **Cooperativismo de crédito fortalece a MPE.** Disponível em < http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/servicos-financeiros/cooperativismo-de-credito/bia-127-59-cooperativismo-de-credito-fortalece-a-mpe/BIA_12759>. Acesso em 24 set. 2013.